

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE NO BRASIL – REVISÃO INTEGRATIVA

*Marcos Aurélio Maeyama*

*Julio Massuo Makimori*

*Carolina Machado*

*Tamires Farina Menegat*

*Clarice Aparecida Munaro*

**RESUMO:** **Introdução:** A participação social na saúde, mais que um direito constitucional, deve ser entendida como requisito indispensável para a viabilidade e a efetividade das políticas públicas, uma vez que os mecanismos tradicionais de democracia representativa não têm conseguido garantir a efetividade desse processo. Este trabalho discute a participação social no âmbito do Sistema Único de Saúde, em especial os conselhos de saúde, tendo como referência a construção da democracia participativa, como forma ampla de direito à cidadania. **Metodologia:** Foi realizada revisão integrativa de 147 artigos e utilizados 55 para este estudo. O material passou por análise de conteúdo temático e apresentou como resultado três grandes categorias relacionadas à participação social: contexto da participação / empoderamento, representação e representatividade. **Resultados:** Em síntese, a revisão dos trabalhos avaliados demonstrou fragilidades relacionadas ao entendimento sobre participação, fruto da falta de empoderamento sobre o processo democrático e ainda sobre o próprio setor saúde. Estes aspectos já de início prejudicam todo o processo de construção de participação popular e consequente autonomia por parte da sociedade civil. Além disso, a forma de organização de escolha de segmentos para representação da sociedade civil nos CMS não abrange o conjunto de cidadãos, especialmente os que mais necessitam ser ouvidos. Outra limitação encontrada internamente nos segmentos da sociedade civil está relacionada à representatividade, em que o processo de escolha do representante e ainda os mecanismos de discussão e devolução são bastante incipientes, o que deslegitima todo o processo de democracia participativa. **Considerações Finais:** Os resultados demonstram que a materialização da democracia participativa nos conselhos gestores depende do desenvolvimento pleno do conjunto de categorias identificadas na pesquisa (empoderamento, representação e representatividade) que devem ser sincrônicas, pois a falta ou a limitação de um deles prejudica todo o processo. Desta forma, torna-se condição fundamental: a clareza sobre o ato de participar numa perspectiva coletiva; o empoderamento comunitário, especialmente no que se refere à cidadania e à saúde; a reorganização na escolha dos segmentos representativos da sociedade civil que contemple toda a população; e mecanismos que garantam a legitimidade na representatividade dos segmentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Social. Conselhos de Saúde. Sistema Único de Saúde.